



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o volume 6, número 1, da *Revista de Ciências Sociais Aplicadas (RCSA)*, referente ao primeiro semestre de 2025. Este número reúne reflexões interdisciplinares que evidenciam a relevância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, reafirmando o compromisso da Revista com a produção acadêmica crítica e socialmente engajada.

A abertura deste número se dá com o ensaio intitulado “*Desigualdades Entrelaçadas: a interseccionalidade entre raça e gênero na luta da mulher negra*”, de autoria de Madali dos Santos Andrade, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Magali nos brinda com uma reflexão em torno do legado de Lélia Gonzalez, intelectual pioneira na luta contra o racismo estrutural e o sexismo no Brasil. Sua contribuição permanece atual ao denunciar as formas históricas de invisibilização e marginalização da mulher negra, ao mesmo tempo em que aponta caminhos de resistência e afirmação identitária. O texto inaugura a seção Ensaios e contribui ao evidenciar como a interseccionalidade entre raça e gênero continua a ser um campo indispensável de análise para compreender as desigualdades persistentes na sociedade brasileira.

Na sequência, a revista contempla pesquisas voltadas às **tecnologias da informação e comunicação**. Em diálogo com a temática feminina, mas em outra área do conhecimento, o primeiro artigo, da(o)s autora(o)s Catarina dos Santos Macedo Costa, Jorge Alberto dos Santos, Rômulo Rodrigues de Santana, Sarah Iascara de Souza Costa, Sebastião Ivaldo Carneiro Portela, Victor Gabriel Moreira Rocha, Yasmin Christina Bragança dos Reis e Washington Ribeiro, intitulado “O potencial feminino nos cursos de tecnologias da informação do Uniceplac” enfatiza a participação feminina nos cursos de TI, refletindo sobre a importância de vencer a discriminação e a desconfiança da capacidade da mulher em atuar na área.

O segundo artigo, intitulado “*Imersão tecnológica utilizando o metaverso: práticas exitosas nos cursos de tecnologia da informação do Uniceplac*”, dos autores Sebastião Ivaldo Carneiro Portela, Khaled Ahmed Rodrigues Marques Valdivino, Kauan Davi Oliveria de Sá, Vitória Sousa Lavrista, Washington Fábio de Souza Ribeiro, Osmam Brás de Souto, Carlos Eduardo Mota Moura e Weverson Garcia Medeiros, mostra as experiências imersivas no metaverso aplicadas à educação superior e os desafios contemporâneos da anonimização de dados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados.

Ainda no campo das inovações tecnológicas, outro artigo se dedica a discutir a implementação de *chatbots* na saúde, com especial enfoque nos aspectos éticos, técnicos e sociais envolvidos no projeto Rosa.IA. O trabalho intitulado “*Anonimização de Dados: as bases legais e implementação à luz da Lei Geral de Proteção de Dados*”, dos autores Osmam Brás Souto e Felipe Andrade de Moraes, aponta para os dilemas do uso da inteligência artificial em contextos de acolhimento e prevenção, ressaltando a necessidade de aliar eficiência tecnológica a responsabilidade social. Esses estudos reforçam a importância da inclusão, da inovação e da proteção de direitos e responsabilidade na sociedade digital.

Este número também apresenta investigações voltadas à **esfera jurídica e socioambiental**, como a análise da atuação do Ministério Público na aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em casos de danos ambientais. Intitulado “*Atuação do Ministério Público na aplicação do termo de ajustamento de conduta para prevenção e reparação de danos ambientais*”, de autoria de Júlia Paulino Soares e Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda, apresenta pesquisa que demonstra a relevância desse instrumento para a conciliação entre desenvolvimento e preservação, reafirmando o papel das instituições na

defesa do meio ambiente.

Ainda nesta edição, uma reflexão crítica sobre a austeridade fiscal e seus impactos sobre as políticas sociais no Brasil. O artigo “*Austeridade fiscal e políticas sociais: reflexão crítica sobre o rigorismo nas contas públicas*”, dos autores Aldebarã Nascimento de Sousa e Fernando de Magalhães Furlan, questiona a rigidez das medidas econômicas em detrimento da proteção de direitos fundamentais, trazendo à tona o debate sobre a necessidade de políticas públicas que articulem responsabilidade fiscal e justiça social em prol do desenvolvimento econômico, sustentável e inclusivo.

Encerramos esta edição com o artigo “Common Law e Processo Civil Brasileiro: limites e possibilidades de adaptação”, dos autores Jéssica Aparecida Alves de Moraes e Rafael Gomeiro Pitta que realiza uma análise comparativa entre as tradições jurídicas do *Common Law* e do *Civil Law*, examinando suas origens, fontes, lógicas decisórias e o papel da história em cada modelo. Busca-se identificar diferenças e convergências entre os sistemas, destacando como estes influenciam a atuação profissional e a formação do Direito em um contexto de crescente interdependência jurídica.

Assim, esta edição da RCSA reafirma a vocação deste periódico ao fomentar o debate acadêmico em diferentes áreas. Neste sentido, foi fundamental a participação das várias autoras e autores, aos quais agradecemos a contribuição para este volume. A diversidade temática aqui reunida atesta a vitalidade da pesquisa científica e sua capacidade de iluminar os desafios do presente.

Desejamos a todos(as) uma leitura instigante e profícua!

Brasília-DF, agosto de 2025

Profas. Franciney Carreiro de França e Elisângela de Andrade Aoyama

Editoras da RCSA-UNICEPLAC